

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – 15.04.2021

1 No dia quinze do mês de abril de 2021, às 10h00min, o Comitê das Bacias Hidrográficas
2 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 2ª
3 Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico, não presencial, via
4 plataforma de videoconferência, tendo como pauta os seguintes assuntos: **1-**
5 **Apresentação e leitura da pauta; 2- Leitura e aprovação da minuta de ata da**
6 **reunião de 25.03.2021; 3- Apresentação e aprovação do Plano de trabalho da CTSB**
7 **– planejamento de pautas; 4- Apresentação das áreas prioritárias para**
8 **esgotamento sanitário na RH-II; 5- Minuta de Resolução sobre priorização de áreas**
9 **para esgotamento sanitário; 6- Assuntos Gerais.** O coordenador Marcelo Danilo
10 (ANAGEA-RJ) cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Ressaltou a importância
11 que todos estejam atentos, no momento dos debates e colaborações, para que sejam
12 sempre referentes aos itens de pauta, para que haja tempo e dinâmica nas discussões.
13 Também frisou sobre o respeito ao tempo de fala, para que não implique negativamente
14 no tempo da reunião e nos andamentos das demais demandas da unidade delegatária
15 na sequência da reunião. Fátima Rocha (AGEVAP) efetuou a leitura das regras de
16 convivência da reunião. Deu-se início ao **Item 1- Apresentação, Leitura e Aprovação**
17 **da pauta;** Fátima Rocha (AGEVAP) efetuou a leitura da pauta. **Item 2- Leitura e**
18 **aprovação da minuta de ata da reunião de 25.03.2021;** Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ)
19 questionou se havia correções ou objeções a serem feitas. Sem considerações, iniciou-
20 se a votação para aprovação. Com 08 (oito) votos, a minuta de ata foi aprovada.
21 Seguiram com o **Item 3- Apresentação e aprovação do Plano de trabalho da CTSB**
22 **– planejamento de pautas;** Fátima Rocha (AGEVAP) esclareceu que são propostas
23 previstas no Plano de Aplicação aprovado pelo Comitê Guandu para o ano de 2021 e
24 que são ações oriundas do Plano de Bacia prioritizadas, para que sejam executadas
25 também no ano de 2021. Realizou a apresentação da proposta de pautas. Marcelo
26 Danilo (ANAGEA-RJ) destacou que as propostas estão previstas na agenda que trata
27 de esgotamento sanitário, sendo elas propostas gerais. Salientou que demandas podem
28 surgir ao decorrer do ano e podem ser inseridas a esse planejamento. Questionou se
29 Fátima Rocha (AGEVAP) poderia esclarecer aos membros um pouco sobre o Plano de
30 Aplicação Plurianual (PAP). Fátima Rocha (AGEVAP) esclareceu ser um plano de
31 execução de ações com os recursos obtidos no Comitê Guandu para 04 (quatro) anos.
32 Citou que no ano de 2020 deveriam ter acontecido as oficinas para a criação do PAP,
33 de 04 (quatro) anos, ou seja, entre os anos de 2021 a 2024. Porém, como não houve as
34 oficinas, a Plenária do Comitê Guandu aprovou um Plano de Aplicação para 2021, após
35 discussões em Câmaras Técnicas. Por isso, as ações propostas do planejamento de
36 pauta estão previstas nesse plano. Informou que ainda esse ano serão realizadas
37 oficinas para aprovação do Plano de Aplicação Plurianual, para 2022 a 2025. Cristina
38 Mendonça (IDC) questionou, via chat, quando ocorreriam as oficinas e se já havia um
39 planejamento. Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que estava sendo feita uma
40 organização interna para a construção do levantamento de todas as informações
41 financeiras e que o objetivo seria que a partir do meio do ano começasse o agendamento
42 das oficinas para a construção do próximo PAP (para 2022-2025). E também, para que,
43 até o final do ano, o PAP entrasse em pauta no CERHI, pois encaminhariam às suas
44 CTs e à Plenária para aprovação, para início de operacionalização em janeiro de 2022.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – 15.04.2021

45 Cristina Mendonça (IDC) questionou se as oficinas ocorreriam fora das reuniões da
46 Câmara Técnica. Fátima Rocha (AGEVAP) respondeu que sim e salientou que a
47 convocação para as oficinas seria feita a todos os membros da Plenária e CTs para que
48 todos participem da construção do PAP. Esclareceu que a CTIL-G trabalhará a parte
49 textual da Resolução que aprova o PAP e a Plenária aprovará a minuta, com o PAP já
50 construído nas oficinas. Iniciaram o **Item 4 - Apresentação das áreas prioritárias para**
51 **esgotamento sanitário na RH-II**; Caroline Lopes (AGEVAP) cumprimentou a todos.
52 Esclareceu que o item foi inserido para subsidiar dentro da CTSB uma hierarquização
53 de áreas, tratando estritamente sobre esgotamento sanitário. Informou que trataria sobre
54 esgotamento nas áreas urbanas e Daiana Gelelete (AGEVAP) versaria sobre as áreas
55 rurais e periurbanas. Iniciou sua apresentação sobre o contexto de hierarquização com
56 o esgotamento urbano, abordando sobre a Agenda de Saneamento (agenda marrom)
57 prevista no Plano de Bacia, capacidade de depuração, a metodologia para análise de
58 hierarquização, utilizada na construção de sua dissertação de mestrado. Ao final, realçou
59 que a análise aponta a bacia do Rio Queimados e Ipiranga demarcada como prioritária
60 para receber o esgotamento sanitário e na sequência entram as bacias do Rio Guandu
61 e Piraí, a jusante do reservatório de Santana. Daiana Gelelete (AGEVAP) iniciou a
62 apresentação do contexto de hierarquização nas áreas rurais e periurbanas. Esclareceu
63 que o projeto de Saneamento Rural foi contratado no ano de 2019 e saiu como uma
64 demanda do Comitê Guandu, que conseguiu visualizar que as áreas rurais e periurbanas
65 não recebem e não receberiam recurso para tratamento de esgotamento sanitário e que
66 o foco seria e de fato é, as áreas urbanas. Porém, o Comitê Guandu entendeu que as
67 áreas rurais e periurbanas precisariam de atenção e que isso poderia ser concedido por
68 ele. Com isso, foi solicitado que a AGEVAP contratasse uma empresa e elaborasse o
69 projeto, que obteve como concepção elaborar um diagnóstico para entender essas
70 áreas, pois não se obtinham informações. Destacou que a primeira etapa foi um
71 levantamento das áreas rurais e periurbanas. Citou a metodologia utilizada como base
72 para definição das áreas do projeto, sendo a do IBGE. Salientou que havia municípios
73 classificados na metodologia do IBGE como integralmente urbanos, mas que nas
74 discussões com os municípios nas CTs do Comitê Guandu, puderam identificar que essa
75 não era a realidade. Com isso, foi determinado que um dos primeiros pontos a serem
76 feitos pela empresa seria verificar quais as áreas que poderiam receber esse projeto.
77 Com isso, foi trazido pela empresa uma nova metodologia para definição das áreas do
78 projeto, sendo ela o Plano Nacional de Saneamento Rural (PNSR), e o resultado foi a
79 inclusão de mais áreas para receber o projeto. Apontou as etapas da metodologia de
80 hierarquização das áreas, como também as variáveis delas. Após a divisão das áreas
81 hierarquizadas em rurais e periurbanas, devido a Lei Estadual nº 5.234/08 que define
82 que 70% (setenta por cento) do recurso arrecadado pelo Comitê Guandu precisam ser
83 aplicados em esgotamento sanitário urbano até que se atinja 80% (oitenta por cento) de
84 atendimento. Porém, há uma resolução do CERHI que assegura que 5% (cinco por
85 cento) desse valor podem ser aplicados em áreas rurais, e realizaram a divisão para
86 visualizar as áreas que poderiam ser atendidas, pois os recursos para áreas urbanas já
87 obtém um valor significativo. Sendo assim, levantou-se um custo total para aplicação
88 nas áreas rurais de um valor em torno de R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões), e

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO– 15.04.2021

89 com o acréscimo de 20% (vinte por cento), passando para um valor em torno de R\$
90 43.000.000,00 (quarenta e três milhões). Nas áreas periurbanas previu-se um custo total
91 de aproximadamente R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões), acrescendo 20%
92 (vinte por cento), passaria para R\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões). Saliou
93 que as áreas periurbanas podem ser inseridas nos 70% (setenta por cento) previstos e
94 os 5% (cinco por cento) inteiramente nas áreas rurais e que serão aplicados nas áreas
95 hierarquizadas no projeto. Informou que com o recurso disponível em caixa, todas as
96 áreas classificadas como periurbanas conseguiriam ser atendidas. E para as áreas
97 rurais utilizaram uma outra estratégia de aplicação do recurso, devido ao teto de 5%
98 (cinco por cento), que seria um atendimento contínuo ao longo dos anos. Marcelo Danilo
99 (ANAGEA-RJ) salientou que o DATASUS coleta informações que deveriam ser
100 fornecidas pelas prefeituras e que apesar de ser um bom sistema, tem sido falho.
101 Considerou importante uma possível aproximação do Comitê Guandu com as
102 Secretarias de Saúde para viabilizar essas informações dentro dos Recursos Hídricos.
103 E questionou Caroline Lopes (AGEVAP) a respeito. E indagou a Daiana Gelelete
104 (AGEVAP) se dentro das questões rurais e periurbanas foram identificadas as
105 comunidades de populações tradicionais. Solicitou um esclarecimento a respeito do
106 acréscimo de 20%(vinte por cento). Daiana Gelelete (AGEVAP) informou que dentro dos
107 projetos foram contempladas algumas áreas de assentamento e quilombolas, mas
108 sempre com características rurais, verificadas pela empresa por indicação das
109 prefeituras. Sobre o acréscimo de 20%(vinte por cento) realçou a existência da
110 Resolução nº 76/2012, do Comitê Guandu, que permite que projetos sejam corrigidos
111 em até esse percentual, de seu valor inicial, caso ocorram variáveis que apontem a
112 necessidade de correção. Cristina Mendonça (IDC) ressaltou ter identificado na tabela
113 de áreas prioritizadas, pontos de DBO altíssimos, como Guandu Mirim e compreendeu
114 que a contribuição dessa bacia não impacta diretamente na captação de água do
115 Guandu. E questionou quais as expectativas de redução de DBO e de melhoria de
116 qualidade de água para captação com o sistema e se estaria previsto nesse projeto não
117 só a remoção de DBO, mas de outros contaminantes que eventualmente numa ETE
118 tradicional não sejam removidos. Propôs ouvirem alguns pesquisadores que abordam
119 sobre contaminantes na água. Corroborou com a colocação de Marcelo Danilo
120 (ANAGEA-RJ) sobre os imputes de dados por parte dos municípios sobre doenças de
121 vinculação hídrica e outras no DATASUS. Indagou a Daiana Gelelete (AGEVAP) qual
122 seria o impacto de redução de melhora de qualidade de água para ETA Guandu se no
123 momento não fossem utilizados recursos para áreas rurais e periurbanas, mantendo
124 apenas as áreas urbanas, dada a situação de emergência. Realçou não estar diminuindo
125 a importância de tratamento de esgoto sanitário nessas áreas, e que seu
126 questionamento se daria pelas 9 (nove) milhões de pessoas que estão sob influência do
127 Rio Guandu. Caroline Lopes (AGEVAP) respondeu que se for levado para a UHP6 a
128 parte de tratamento de esgoto, obtém-se uma redução de 63%(sessenta e três por
129 cento) o valor total de DBO. Saliou que o recurso disponibilizado ao Comitê Guandu
130 anualmente não é suficiente para se acometer a UHP6 inteira em primeiro momento,
131 mesmo sendo prioritária. Destacou que com isso, a Diretoria Colegiada do Comitê
132 Guandu têm se debruçado no alcance de outros aportes de recursos para ser

133 somatizado ao que se obtém, para possuírem um maior valor a ser alocado a esses
134 projetos dessa região. Ressaltou que o que tem sido feito é se debruçar sobre os projetos
135 já existentes. Informou que o Comitê Guandu entregou projetos de sistema de
136 esgotamento sanitário para os municípios da bacia e dentro desses projetos, o que é
137 previsto é a efetivação de sistema separador absoluto e é dentro disso que estão sendo
138 mapeados os valores apresentados para o futuro, nos projetos apresentados pelo
139 Comitê Guandu. Realçou que os projetos foram elaborados com o valor da cobrança
140 pelo uso da água em parceria com a CEDAE com apoio técnico. Apontou os dois
141 cenários atuais existentes no estado do Rio de Janeiro, que é a concessão dos serviços
142 de saneamento e paralelo a isso a incerteza dessa concessão, e tem sido importante
143 visar o que estaria a curto prazo e com essa premissa precisa ser apontada a prioridade,
144 que foi exibida tratando dos Rios Queimados, Poços e Ipiranga. E mais uma vez
145 destacou que o recurso não seria suficiente para trabalhar tanto a parte urbana, quanto
146 à rural, e por isso levaram a apresentação separada. Comentou que o edital de
147 concessão de serviços trata apenas de áreas urbanas e que não trata do atendimento
148 de áreas rurais e periurbanas e por isso a relevância do que foi colocado por Daiana
149 Gelelete (AGEVAP), pois há uma soma desse ponto. Considerou que obtendo
150 concessão ou não precisa-se de um atendimento imediato a essas bacias que atingem
151 diretamente a ETA Guandu e paralelamente não se pode deixar de olhar para as demais
152 regiões que possuem condições ruins no índice de tratamento de esgoto sanitário e que
153 não estão sendo vistas pelo objeto da concessão e por isso foi decidido trabalhar de
154 forma agregada. Daiana Gelelete (AGEVAP) complementou que os projetos do
155 Saneamento Rural possuem alternativas mais simples de serem executadas e a
156 construção desses projetos é mais rápida. Por conta disso, os resultados de execução
157 dos projetos em áreas rurais são alcançados mais rapidamente. Citou que algumas
158 áreas rurais no município de Queimados se encontram próximas aos rios prioritários
159 apontados por Caroline Lopes (AGEVAP), com isso, essa carga orgânica gerada por
160 essas localidades rurais conseguiriam ser mais rapidamente atendidas. Carlos Alberto
161 (LIGHT) questionou, em relação ao cálculo de DBO e volume de esgoto para cada região
162 utilizado por Caroline Lopes (AGEVAP), se considerou densidade demográfica ou algum
163 tipo de trabalho de campo, medição de vazão ou semelhantes. Caroline Lopes
164 (AGEVAP) replicou que inicialmente utilizou a densidade demográfica para estimação
165 por UHP qual seria a carga orgânica e na sequência, considerou a vazão dos rios já
166 mapeado no Plano de Bacia, onde utilizou a modelagem da UFMG, onde consegue-se
167 realizar o cálculo da depuração utilizando informações simples. E frisou que utilizou
168 sensores censitários. **Item 5- Minuta de Resolução sobre priorização de áreas para**
169 **esgotamento sanitário;** Caroline Lopes (AGEVAP) esclareceu, que após o que foi
170 exibido nas apresentações e alcançarem uma proposta de hierarquização, definiram
171 qual seria a melhor forma de conseguirem efetivar as ações de maneira mais célere.
172 Seria que tivessem uma resolução que definisse a estratégia de aplicação desse
173 recurso. Informou que na minuta foi criado um programa denominado Sanear Guandu
174 que formaliza como se dará a procedência das ações de esgotamento. Destacou que o
175 programa foi dividido em Sanear Guandu Urbano e Sanear Guandu Rural, como na
176 apresentação, para que se tenha o programa em andamento. Esclareceu que na parte

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – 15.04.2021

177 de considerandos, trata das leis que dão origem a essa questão e também ao Plano de
178 Bacia do Guandu, pois subsidia em grande parte o que foi apresentado. Também
179 explicou sobre as recomendações do Ministério Público, que apontam a priorização da
180 UHP6 e ainda sobre a parte do edital de concessão que trata dos serviços de
181 esgotamento sanitário que foi guiado pelo BNDES e dentro desse edital possui a
182 previsão de que se o Comitê tiver qualquer estrutura de melhoria com relação ao
183 saneamento básico, precisa ser reduzido posteriormente da empresa responsabilizada
184 pelos serviços. E ainda aponta a possibilidade de antecipação de metas, com o adianto
185 de investimentos. Efetou uma leitura mais detalhado dos artigos da minuta, que tratam
186 da criação do programa Sanear Guandu, de onde os recursos serão aportados. Aponta
187 o que foi definido como principal fator de criticidade da qualidade da água para
188 segurança hídrica a carga orgânica. Com base nisso, detalham a hierarquização das
189 UHPs afluentes a ETA Guandu para modalidade Sanear Guandu – Urbano e a definição
190 inicial de aplicação na UHP6. Dentre os artigos, também se assegura o dever de notificar
191 a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro –
192 AGENERSA a necessidade de equilíbrio econômico do contrato de concessão e os
193 aspectos considerados para tal. E como dito anteriormente, também define a aplicação
194 na modalidade Sanear Guandu – Rural em cima da hierarquização aprovada pelo Grupo
195 Técnico de Acompanhamento do Saneamento Rural – GTSR. Ainda estabelece a
196 aplicação de recursos apontados nos artigos anteriores, que será realizada por meio de
197 uma parceria institucional com a AGEVAP, CEDAE, município e INEA, com intermédio
198 do Comitê Guandu. Determina que os valores tratados nos demais artigos poderão ser
199 reajustados por fator de correção associado a variações na inflação, desde que o
200 orçamento tenha sido elaborado em prazo maior que seis meses. Ainda que a minuta
201 de resolução deverá ser enviada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, responsável
202 pela licitação de concessão dos serviços de saneamento, à AGENERSA, responsável
203 pela manutenção do equilíbrio financeiro do contrato de concessão e à CEDAE,
204 enquanto companhia estadual atuante na área de saneamento básico em 65 municípios
205 do Estado do Rio de Janeiro. Define a CTSB enquanto instância do Comitê Guandu para
206 acompanhar o programa e por fim, que a Resolução entraria em vigor na data de sua
207 aprovação. E informou que a minuta se conclui nos anexos. Paulo de Tarso (FIRJAN)
208 questionou se não seria interessante inserir ao Art.11 o envio da minuta ao Instituto Rio
209 Metrópole (IRM), por conta dos planos metropolitanos de saneamento. Caroline Lopes
210 (AGEVAP) replicou que sim, considerando que o órgão está envolvido totalmente.
211 Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) solicitou a todos a aprovação dessa alteração no Art. 11º.
212 Cristina Mendonça (IDC), indagou se valeria incluir o MP nesse processo, visto sua
213 participação na gestão de águas. Paulo de Tarso (FIRJAN) citou a extinção do GAEMA
214 no dia anterior a reunião, mas julgou pertinente a inclusão do MP na questão. Marcelo
215 Danilo (ANAGEA-RJ) questionou se a menção do ofício do MP no início da minuta não
216 seria suficiente. Caroline Lopes (AGEVAP) replicou que dependeria do objetivo, se seria
217 de acompanhamento ou de notificação. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) questionou como
218 seria colocado no Art.11º a notificação ao MP. Ana Asti (SEAS) sugeriu a inclusão nos
219 considerandos o parecer nº11/2021 emitido pela SEAS, aprovado pela PGE, sob o
220 número de visto SEI-RJ 15240367, que assegura legalidade da aplicação de recursos

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO– 15.04.2021

221 públicos nas áreas sujeitas à concessão dos serviços de saneamento. Caroline Lopes
222 (AGEVAP) respondeu que teria que ser de forma geral. Karina Alencar (ABES) solicitou
223 a inclusão da ABES-RJ para ser notificada, no Art.11. Julio Cesar (CEDAE)
224 compreendeu a posição da ABES como associação, mas não julgou viável a inclusão
225 da instituição a nível de CBH, pois isso já vinha sendo feito. Considerou com essa
226 premissa, que poderia haver solicitação de notificação de todas as instituições. Marcelo
227 Danilo (ANAGEA-RJ) complementou que ao citar as instâncias em Resolução, o intuito
228 é considerá-las como ente que cuida daquela situação específica a nível de sociedade.
229 Saliou que ABES está inserida no Plenário e na CTSB e pode fazer suas
230 contribuições. Mas as instâncias citadas na minuta, são de atores que estão
231 enquadrados no que está sendo acordado sobre Saneamento e Recursos Hídricos.
232 Karina Alencar (ABES) considerou que ABES possui o perfil para ser enquadrado ao
233 Art.11, mas não se opôs as colocações, e realçou que irão contribuir da mesma forma.
234 Iniciou a votação para aprovação da minuta. A minuta de Resolução foi aprovada por
235 unanimidade com 08 (oito) votos. **Item 6- Assuntos Gerais;** Cristina Mendonça (IDC)
236 questionou qual seria o próximo passo após a aprovação da Resolução. Caroline Lopes
237 (AGEVAP) explicou que iria para CTIL-G no mês de maio e havendo aprovação, seria
238 encaminhada para a Plenária também no mês de maio para aprovação final. Juliana
239 Fernandes (AGEVAP) agradeceu a participação de todos e a coordenação de Marcelo
240 Danilo (ANAGEA-RJ) em nome da equipe. Realçou que a equipe da AGEVAP enquanto
241 delegatária estaria muito feliz com a postura adotada para com a mesma. Marcelo
242 Danilo (ANAGEA-RJ) apresentou Juliana Fernandes (AGEVAP) aos membros e
243 agradeceu. Ainda, agradeceu a presença e cooperação de todos, solicitou que os
244 membros sempre procurem se posicionar. E agradeceu a equipe da Secretaria
245 Executiva presente. Julio Cesar (CEDAE) parabenizou a equipe da AGEVAP pela
246 atuação, empenho e profissionalismo. Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ) reforçou sua fala.
247 Às 12h05min, o coordenador da CTSB, Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ), encerrou a
248 reunião. Eu, Maria Adelaide Lima Vicente (AGEVAP), tomei a termo esta ata que segue
249 assinada por:

250
251
252

Marcelo Danilo da Silva Bogalhão
(ANAGEA – RJ)
Coordenador CTSB

Mário Luiz Dias Amaro
(P.M. Pirai)
Subcoordenador CTSB

253
254

255 **Presentes:** Douglas Francisco (FCC SA); Julio Cesar (CEDAE); Carlos Alberto (LIGHT);
256 Marcelo Danilo (ANAGEA-RJ); Cristina Mendonça (IDC); Karina Alencar (ABES); Mário
257 Amaro (P.M. Pirai); Saulo José (P.M. Miguel Pereira); Rodrigo Bianchini (INEA);

Pág.6 de7

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO– 15.04.2021

258 **Ausentes:** Ronald Nascimento (P.M. Mendes); Ícaro Moreno (Universidade de
259 Vassouras);

260 **Convidados:** Paulo de Tarso (FIRJAN); Ana Asti (SEAS); Juliana Fernandes
261 (AGEVAP); Fátima Rocha (AGEVAP); Caroline Lopes (AGEVAP); Daiana Gelelete
262 (AGEVAP); Amanda Resende (AGEVAP); Maria Adelaide Vicente (AGEVAP).